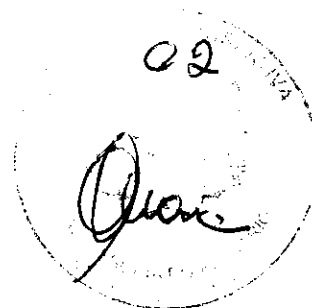


ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA



REQUERIMENTO Nº 57/2019

AUTOR: Deputado Delegado Wallber Virgolino

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno e após a anuência do Plenário, que seja aprovado requerimento de Apelo, no sentido de solicitar ao Excelentíssimo Senhor Presidente Conselheiro Arnóbio Alves Viana do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, **a realização de uma Auditoria contábil, financeira, operacional e patrimonial em todas as organizações sociais na Paraíba, que prestaram ou prestam serviços em forma de quarterização nas terceirizadas**, com a finalidade de apurar e investigar as denúncias de corrupção, lavagem de dinheiro e desvio de verbas públicas, o porquê de quarterizar a maioria dos serviços, e o porquê do montante de ações trabalhistas na justiça do trabalho.

Solicito ainda que o relatório da referida auditoria seja encaminhado para nosso gabinete, na Assembleia Legislativa da Paraíba

JUSTIFICATIVA

EM ANEXO

Delegado Wallber Virgolino

Deputado Estadual



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA



JUSTIFICATIVA

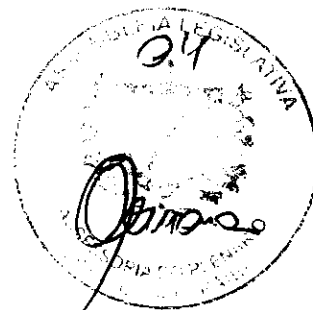
A cada dia que passa surge uma nova denúncia da relação entre a organização social Cruz Vermelha Brasileira- filial do Rio Grande do Sul e o Governo do Estado da Paraíba.

Conforme se constatou em Auditoria desta Corte, realizado no final do ano passado, em que se constatou que há um alto índice de terceirização de empresas contratadas pelo Instituto Gerir. O Relatório pede a devolução de R\$ 1,7 milhões de reais de o instituto Gerir por gastos irregulares com empresas terceirizadas, TCLIN – Serviços de Saúde Ltda e Lavebrás Gestão de Têxteis S/A, na Maternidade de Patos. Outro fato que ressalta no relatório são que as empresas se localizam bem distantes da sede da unidade de Saúde.

Em complemento, chega ao nosso conhecimento, denuncia de que o atual presidente da PBPREV, Yuri Simpson Lobato e o Diretor jurídico da PBGÁS, Thiago Paes Dantas Fonseca, sócios no escritório Lobato, Souza e Fonseca Advogados Associados (CNPJ 13.392.841/0001-33), desde a contratação da Cruz Vermelha para administrar o Hospital de Trauma de João Pessoa, até a data de hoje, os **atuais gestores estaduais já embolsaram exatos R\$ 820.257,80** (oitocentos e vinte mil reais, duzentos e cinquenta reais e oitenta centavos), segundo o portal da Transparência do Estado da Paraíba (<http://transparencia.pb.gov.br/dados-especificos/administracao-hospitalar>).



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA



04/02/2019 14:22:02



Transparência na Saúde

PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO

CONTA / ÓRGÃOS / CREDORES		VALOR
07.99 - OUTROS		18.770,00
CRUZ VERMELHA		18.770,00
13.382.841/0001-33	LOBATO, SOLIZA E FONSECA ADVOGADOS ASSOCIADOS	18.770,00
	01/11/2012	9.385,00
	01/11/2012	9.385,00
	Total	18.770,00



Transparência na Saúde

04/02/2019 14:20:34

PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO

CONTA / ÓRGÃOS / CREDORES		VALOR
07.99 - OUTROS		122.005,00
CRUZ VERMELHA		122.005,00
13.382.841/0001-33	LOBATO, SOLIZA E FONSECA ADVOGADOS ASSOCIADOS	122.005,00
	06/03/2013	9.385,00
	07/02/2013	9.385,00
	26/03/2013	9.385,00
	30/04/2013	9.385,00
	28/05/2013	9.385,00
	28/05/2013	9.385,00
	27/08/2013	9.385,00
	17/07/2013	9.385,00
	15/08/2013	9.385,00
	17/09/2013	9.385,00
	14/10/2013	9.385,00
	12/12/2013	9.385,00
	17/12/2013	9.385,00
	Total	122.005,00

Ademais, levantamento junto ao Sistema (Sagres) deste Tribunal apontou que Yuri Simpson Lobato, presidente da PBPrev, e Thiago Paes Dantas Fonseca, diretor Jurídico da PBGás, advogados e sócios no escritório Lobato, Souza e Fonseca Advogados Associados receberam perto de R\$ 1 milhão da Cruz Vermelha.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA



Segundo os dados, o escritório comandado pelos gestores da PBPrev e da PbGas, além dos elevados valores recebidos pela Cruz Vermelha também faturou R\$ 65.388,51 da ABBC - Associação Brasileira de Beneficência Comunitária, responsável pela administração das Unidades de Pronto Atendimento -UPA'S e Hospitais no interior do Estado, e que terceirizou a gestão das UPAs de Santa Rita, Princesa Isabel e Guarabira. Esta OS recebeu em 2014, R\$ 15.169.946,15. Em 2015, R\$ 24.881.200,84; em 2016, R\$ 24.970.239,25; e, em 2017, recebeu R\$ 28.367.051,84, totalizando o montante de **R\$ 93.388.438,08**.

SAGRES On Line

GOV PARAÍBA 2018

Receitas Despesas Empenhos Credores Pessoal

Credores

Ano	Entidade	Credor	CPF/CNPJ	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)	
2014	Secretaria De Estado Da Saude	Assoc. Bras. De Benef. Comunitaria- abbc	09095412000127	16.282.465,85	15.169.946,15	
2015	Secretaria De Estado Da Saude	Assoc. Bras. De Benef. Comunitaria- abbc	09095412000127	27.240.261,00	24.881.200,84	
2016	Secretaria De Estado Da Saude	Assoc. Bras. De Benef. Comunitaria- abbc	09095412000127	27.199.229,44	24.970.239,25	
2017	Secretaria De Estado Da Saude	Assoc. Bras. De Benef. Comunitaria- abbc	09095412000127	32.433.532,27	28.367.051,84	
TOTAL				103.175.486,56	93.388.438,08	

Voltar Imprimir PDF

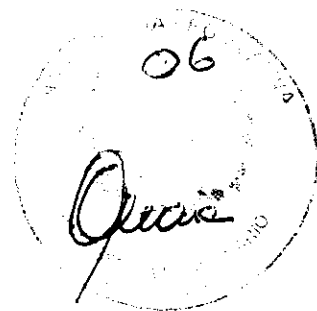
Copyright © 2018 - Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Outro detalhe que se sobressai é o grau de afinidade das relações envolvendo Yuri Simpson Lobato, que além de presidente da PBPrev, também é casado com a sobrinha do ex-governador Ricardo Coutinho, Ana Carolina Vieira Coutinho, assessora da presidência do Tribunal de Justiça. Yuri foi nomeado por RC e mantido pelo governador João Azevedo. Por sua vez, Thiago é advogado do PSB.

Por todo o exposto, tendo em vista todos os fatos já apurados, solicitamos que se aprofunde a auditoria nas demais instituições, incluindo as Upas acima mencionadas, que atualmente são geridas pela ABBC, bem como em todas as



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA



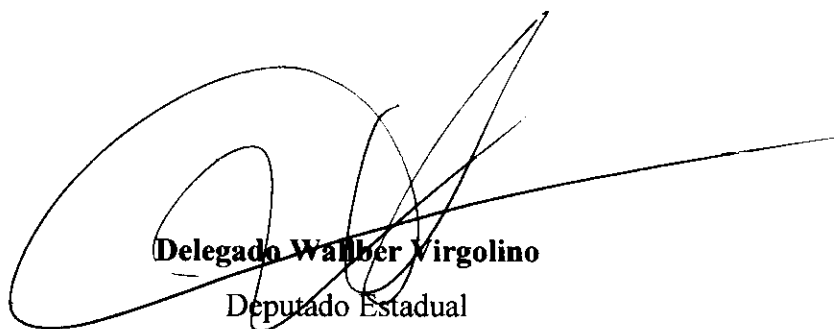
organizações sociais que prestam serviço de terceirização junto a Secretaria de saúde do Estado.

Filio-me ao entendimento, que não mais se pode admitir tais posturas escusas no âmbito da Administração Pública Estadual, mormente em se tratando do serviço de saúde pública.

Dessa forma, ante as gravidades das denúncias recebidas e mais, reafirmando o compromisso dos Membros desta Casa Legislativa na proteção do patrimônio público, bem como no dever de fiscalizar a utilização dos recursos públicos, solicitamos a referida auditoria a ser realizada pelo TCE é essencial para que, com base em dados técnicos e oficiais, não só esta Casa Legislativa, mas toda a sociedade paraibana possa tomar conhecimento da real situação das organizações sociais que operam na Paraíba.

Nestes termos, solicitamos o apoio dos nobres Pares na aprovação deste requerimento por ser a melhor medida a ser adotada em face das atribuições constitucionais dessa Casa.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 19 de fevereiro de 2019.



Delegado Wallber Virgolino
Deputado Estadual